Art. 14.º A emissão de vales efectua-se em todas as estações dos CTT e compete às respectivas exactorias.

Art. 15.º O serviço da emissão de vales é facultado ao público dentro dos horários estabelecidos nos termos do artigo 17.º do Decreto n.º 29:801, de 2 de Agosto de 1939.

Art. 16.º A emissão dos vales faz-se mediante requisição em modelo próprio, devidamente preenchida e assinada.

§ 1.º O impresso é fornecido gratuitamente; se no preenchimento houver emendas ou rasuras, deverão resalvar-se convenientemente.

§ 2.º Nenhum funcionário dos CTT poderá substituir o remetente no preenchimento de requisições de vales.

§ 3.º O encarregado da emissão, depois de verificar que a requisição está formulada nos devidos termos, apor-lhe-á a marca do dia, procedendo em seguida às operações da emissão.

Art. 21.º O vale pode emitir-se a favor de pessoa singular ou colectiva.

O nome do destinatário só pode ser integralmente designado por iniciais quando se trate de pessoa colectiva e essa designação seja de conhecimento público generalizado. Os CTT ficam, por esse facto, isentos de responsabilidade por erro de pagamento do vale a outra pessoa que use designativo abreviado semelhante.

O remetente pode substituir totalmente o seu nome por iniciais ou pela palavra «Anónimo», mas perde desde logo todos os direitos posteriores normalmente conferidos aos remetentes.

Art. 26.º As cadernetas de vales telegráficos serão numeradas, para cada estação, de 1 a 10:000, com excepção das fornecidas à estação do Terreiro do Paço (Lisboa), que terão a numeração de 1 a 20:000.

As cadernetas de vales postais serão numeradas, para cada estação, de 10:001 a 100:000, com excepção das fornecidas à estação do Terreiro do Paço (Lisboa), que terão a numeração de 20:001 a 100:000.

§ 1.º As séries serão apenas usadas para os vales postais nas estações do Terreiro do Paço (Lisboa) e da Batalha (Porto), não podendo o seu número elevar-se além de 10. Excepcionalmente, poderão também usar-se séries nas estações cujo movimento justifique a utilização simultânea de mais de uma caderneta, caso em que existirão tantas séries quantas as cadernetas utilizadas simultaneamente, e só essas.

§ 2.º As cadernetas devem conter cinquenta vales e exhibir, na parte exterior da encadernação, o nome da estação a que se destinam e os números do primeiro e último vale que encerram.

Art. 27.º As cadernetas são fornecidas pelos CTT:

a) Aos chefes das circunscrições de exploração da Estremadura e do Douro Litoral, quando destinadas às estações das cidades de Lisboa e Porto;

b) Aos directores de finanças, quando destinadas às estações situadas nas capitais dos restantes distritos;

c) Aos chefes das secções de finanças, quando destinadas às demais estações.

Art. 28.º As direcções e secções de finanças fornecem aos exactores das estações, mediante requisição e correspondente recibo, as cadernetas de vales na medida estrita do seu consumo, depois de conferida a perfeita colecção e numeração dos vales nelas incluídos.

§ 1.º Quando as remessas se fizerem pelo correio, os invólucros deverão indicar o conteúdo «Cadernetas de vales», a fim de poderem registar-se sem pagamento de prémio.

Art. 32.º Nos prazos estabelecidos pela Administração-Geral devem os exactores remeter às secretarias das

circunscrições de exploração as requisições dos vales emitidos, para efeitos de conferência. Depois de conferidas serão arquivadas durante três anos civis completos.

Art. 33.º Os talões das cadernetas dos modelos n.ºs 6 e 7, logo em seguida à entrega da importância do último vale, os das cadernetas modelo n.º 9, logo que estejam esgotadas, e bem assim os modelos n.º 8 utilizados devem igualmente remeter-se às secretarias das circunscrições de exploração para cumprimento das formalidades previstas no artigo anterior.

Art. 35.º Após a emissão entregar-se-á ao requisitante o recibo do vale emitido. E este deverá conservá-lo, pelo menos, até conhecimento de que o vale foi devidamente pago.

Art. 37.º A transmissão do vale postal ao destinatário pode fazer-se a descoberto ou em sobrescrito fechado.

§ 1.º As exactorias emissoras devem transmitir a descoberto:

a) Sujeitos à formalidade e ao pagamento da taxa de registo, obrigatoriamente os vales comuns destinados a Lisboa ou Porto e, a pedido dos remetentes, os destinados a outra localidade;

b) Sujeitos à formalidade de registo com dispensa do pagamento da taxa respectiva, os vales de serviço e os de cobrança de objectos e encomendas postais.

§ 2.º Devem transmitir-se em sobrescrito fechado:

a) Os vales comuns destinados a qualquer localidade fora de Lisboa e Porto;

b) Os vales pagáveis a domicílio;

c) Os vales relativos a cobrança de títulos ou a cobranças agrupadas de objectos ou encomendas postais;

d) Os vales de serviço destinados à Caixa Económica Postal.

§ 3.º Os vales referidos nas alíneas a) e c) do § 2.º serão transmitidos directamente pelos remetentes aos destinatários. Os últimos, expedidos sob a formalidade de registo, não suscitam a cobrança da respectiva taxa.

§ 4.º Compete à exactoria emissora a transmissão à exactoria do destino dos vales referidos na alínea b) do § 2.º, sempre sob formalidade de registo, com cobrança da taxa.

Art. 38.º O vale a pagar no domicílio é apresentado acompanhado da importância que lhe corresponde.

Se o destinatário não for encontrado, o vale perde desde logo a sua característica de pagamento domiciliário e o carteiro fará dele entrega à maneira de um simples registo.

Art. 41.º (*Revogado*).

Art. 42.º A estação de destino devolverá sem demora ao respectivo remetente:

a) O vale recusado pelo destinatário;

b) O vale postal cuja entrega domiciliária não foi possível, sempre que o destinatário o não reclame no prazo de uma semana;

c) O vale telegráfico cuja entrega não foi possível, sempre que o destinatário o não reclame dentro dos prazos seguintes:

Quarenta e oito horas, se for a domicílio;

Cinco dias, se endereçado à posta-restante ou ao telégrafo-restante.

§ 1.º A devolução faz-se directamente se o vale for postal; por intermédio da estação emissora se for telegráfico.

§ 2.º Caso não seja possível efectuar a entrega domiciliária ao remetente e este não reclame o vale na estação dentro do prazo de uma semana, será o vale remetido à 5.ª Repartição da Direcção dos Serviços Financeiros,

onde ficará à disposição do remetente até à data da prescrição.

Art. 44.º O pagamento de um vale não carece de autorização ou visto de qualquer funcionário estranho aos serviços dos CTT e só pode fazer-se ao destinatário ou ao remetente nos cofres de pagamento das localidades de destino ou de emissão.

Art. 45.º São, normalmente, cofres de pagamento de vales: em Lisboa, a tesouraria da Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones; no Porto, a filial do Banco de Portugal; nas capitais dos restantes distritos, as agências deste Banco; nas sedes dos concelhos, as tesourarias da Fazenda Pública.

§ 1.º O pagamento pode também fazer-se nas estações de Lisboa e Porto designadas pela Administração-Geral e nas estações situadas fora das sedes dos concelhos. As estações das sedes dos distritos e concelhos só podem pagar vales ao domicílio, vales postais aos domingos e dias feriados e vales telegráficos apresentados durante as horas em que as agências do Banco de Portugal ou as tesourarias da Fazenda Pública estejam encerradas.

§ 2.º A 5.ª Repartição da Direcção dos Serviços Financeiros dos CTT pode pagar os vales que lhe sejam apresentados para esse efeito.

§ 3.º As tesourarias da Fazenda Pública junto dos Tribunais das Execuções Fiscais de Lisboa e Porto podem pagar os vales que lhes forem dirigidos, em nome dos respectivos juizes, dos delegados ou dos tesoureiros da Fazenda Pública, para pagamento das dívidas ao Estado. Esta autorização não se estende aos vales endossados aos mesmos Tribunais nem aos emitidos em nome dos seus funcionários, ainda que seja por motivo de serviço.

§ 4.º O pagamento de vales fica condicionado à existência de fundos bastantes no cofre de pagamento.

§ 5.º No pagamento feito nos termos do § 1.º deverá o funcionário pagador preencher convenientemente a parte do verso do vale a esse fim destinada, na qual apeará a marca do dia, ficando responsável pela regularidade do pagamento efectuado.

Art. 46.º As importâncias precisas para o pagamento de vales, nos termos do § 1.º do artigo anterior, sairão, provisoriamente, do produto da emissão de vales e, sendo este insuficiente, dos rendimentos próprios das estações.

Os exactores das estações deverão formular uma relação com os números dos vales que diariamente tiverem pago, estações de origem e importâncias respectivas e apresentá-la, acompanhada dos mesmos vales, no momento da entrega do produto da emissão, na filial ou agência do Banco de Portugal, tesouraria da Fazenda Pública ou estações centralizadoras, no caso das urbanas de Lisboa e Porto, a fim de serem reembolsados. A importância que por esse título receberem deverá logo dar entrada no cofre da estação.

Art. 48.º Os vales pagáveis em localidade que não seja sede de concelho podem pagar-se indiferentemente em qualquer cofre de pagamento do mesmo concelho.

Art. 50.º Os vales pagam-se mediante recibo passado nos mesmos pelo respectivo destinatário ou remetente. Tratando-se de pessoa colectiva, o recibo será assinado por quem legitimamente a represente.

Art. 52.º Quando os encarregados do pagamento de vales não reconhecem a identidade dos signatários dos recibos, devem estes ser autenticados por qualquer das seguintes formas:

- a) Reconhecimento do notário;
- b) Abonação:

Do cônsul da nacionalidade do interessado;

De duas testemunhas conhecidas do encarregado de pagamento;

De qualquer firma comercial ou industrial ou do proprietário de qualquer estabelecimento;

Do administrador do concelho;

Do comissário de polícia;

Do comandante ou major do regimento, comandante de companhia ou destacamento ou chefe de qualquer estabelecimento militar, quando se tratar de praças de pré do Exército;

Do comandante do navio, do capitão do porto ou chefe de qualquer estabelecimento naval, quando se tratar de praças da Armada;

Dos directores ou chefes dos estabelecimentos públicos ou particulares a que os interessados pertencerem.

As abonações de que acima se trata devem ser legalizadas pelos selos ou carimbos de que usarem as corporações, estabelecimentos ou repartições a que pertencerem os abonadores.

§ 1.º Nos vales endossados terão de ser autenticadas as assinaturas dos endossantes e dos endossados. Se estes últimos forem organismos oficiais ou estabelecimentos comerciais, bastará autenticar a assinatura do endossado, que fica responsável pela operação do endosso.

Art. 53.º A identificação dos interessados também poderá fazer-se mediante exibição do bilhete de identidade de um arquivo de identificação, do previsto no artigo 34.º da Convenção Postal Universal ou de outro documento de valor semelhante que a Administração-Geral reconheça.

§ único. O encarregado do pagamento mencionará no verso do vale o número e a designação do bilhete de identidade ou documento utilizado.

Art. 54.º Quando o beneficiário não souber, ou não puder escrever, o recibo poderá passar-se a rogo deste, devendo a assinatura do rogado ser reconhecida por notário ou abonada por qualquer das entidades indicadas na alínea b) do artigo 52.º, caso em que deverá ser feita em presença do beneficiário e da entidade abonadora, ficando esta última responsável não só pela sua autenticidade como também pela identificação do beneficiário do vale.

Art. 56.º (*Revogado*).

Art. 57.º Os encarregados do pagamento não devem efectuar-lo quando os vales apresentem:

1) Omissões no preenchimento do respectivo modelo, rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas, ainda mesmo que reassalvadas;

2) Diferenças entre as diversas formas de indicar a importância do vale (por extenso, em algarismos, corte do verificador), salvo se o interessado quiser receber pela menor;

3) Excedido o prazo de validade.

§ único. Os vales de que tratam os números anteriores só podem pagar-se com autorização da 5.ª Repartição da Direcção dos Serviços Financeiros dos CTT.

Art. 64.º Os encarregados do pagamento de vales são responsáveis pelo pagamento das importâncias que representam perante os verdadeiros destinatários ou remetentes.

Art. 69.º Os vales são susceptíveis de endosso feito pelo destinatário no espaço a esse fim destinado no verso dos mesmos vales.

Art. 71.º e 72.º (*Revogados*).

Art. 76.º Não podem passar-se autorizações de pagamento em substituição de vale extraviado ou perdido sem prévia verificação de que o mesmo não foi pago.

Art. 86.º, 87.º e 88.º (*Revogados*).

Art. 90.º A fiscalização directa da entrega do produto da emissão de vales nos cofres do Estado pertence:

a) Em Lisboa e Porto, aos exactores das estações centralizadoras;

b) Nas outras capitais de distrito, aos directores de finanças;

c) Nas sedes de concelho, aos chefes das estações de finanças.

Art. 91.º Faz-se a entrega do produto da emissão:

a) Dos vales emitidos nas estações urbanas de Lisboa e Porto, aos exactores das respectivas estações centralizadoras, a fim de estes o transferirem para o Banco de Portugal;

b) Dos vales emitidos nas estações das outras capitais de distrito, nas agências locais do Banco de Portugal;

c) Dos vales emitidos nas restantes localidades, nas tesourarias da Fazenda Pública dos respectivos concelhos.

Art. 92.º Os dias de entrega do produto da emissão serão determinados pela Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones, de acordo com a Direcção-Geral da Fazenda Pública.

Art. 95.º Para efectuar a entrega do produto da emissão de vales procederão as estações emissoras da forma seguinte:

1.º Na véspera do dia indicado para entrega, e depois de terminado o serviço de emissão, deverão os respectivos encarregados preencher:

a) A guia de entrega postal, onde mencionarão, uma a uma, os vales postais emitidos, por números, datas, importâncias e localidades de destino;

b) A guia de entrega telegráfica, onde inscreverão, análogamente, todos os vales telegráficos;

c) O recibo de entrega da importância total dos vales emitidos, em duplicado;

d) O recibo de entrega da importância total do imposto do selo, em duplicado;

2.º Nos dias da entrega os encarregados da emissão de vales deverão apresentar, pessoalmente ou por intermédio de pessoa da sua confiança e sob sua inteira responsabilidade, à hora da abertura do primeiro período de trabalhos da direcção de finanças ou secção concelhia, conforme se trate de entregas feitas em capital de distrito, com excepção de Lisboa e Porto, ou sede de concelho, todas as cadernetas de vales que estiverem em seu poder, acompanhadas das requisições dos vales relacionados nas guias de entrega modelo n.º 26, para ali serem conferidos entre si estes documentos. Efectuada a conferência e verificada a sua conformidade, o funcionário dos serviços de finanças encarregado da conferência rubricará os talões dos vales emitidos e as requisições que lhes correspondem e lançará em cada uma das guias a verba «Confere», que datará e assinará.

Em seguida o mesmo funcionário restituirá ao encarregado da emissão ou seu representante o original da guia modelo n.º 39, para que este último possa com ela realizar, acto contínuo, a entrega do produto da emissão na agência do Banco de Portugal ou na tesouraria da Fazenda Pública, conforme o caso, ficando em poder dos serviços de finanças o duplicado da referida guia, a guia modelo n.º 26 e as cadernetas de vales, até que lhe seja apresentado o recibo modelo n.º 28, compro-

vativo da entrada do produto da emissão nos cofres do Estado;

3.º Os encarregados da emissão de vales em localidades situadas fora das sedes de concelho enviarão os documentos de que trata o n.º 2.º, bem como o produto da emissão a entregar, ao exactor da estação da sede do concelho, o qual, depois de conferir a importância em dinheiro com a importância total indicada nas guias, fará ou mandará fazer a entrega na respectiva direcção de finanças.

Art. 96.º As secretarias das circunscrições de exploração da Estremadura e do Douro Litoral compete efectuar as conferências referidas no n.º 2.º do artigo 95.º relacionadas com a emissão de vales das estações urbanas de Lisboa e Porto. A entrega do produto da emissão e do imposto do selo das estações urbanas efectuar-se-á no Banco de Portugal por intermédio das exactorias das competentes estações centralizadoras e mediante a apresentação em duplicado das guias modelo n.º 39. Uma destas guias servirá de recibo da quantia entregue.

Art. 98.º Os recibos modelo n.º 28 dados aos encarregados da emissão em troca das entregas devem ser assinados:

a) Pelos directores de finanças e pelos agentes do Banco de Portugal quando as entregas se realizarem nas capitais de distrito, com excepção de Lisboa e Porto;

b) Pelos chefes das secções de finanças e pelos tesoureiros da Fazenda Pública quando as entregas se realizarem noutras localidades.

Art. 99.º Em presença do recibo modelo n.º 28, o funcionário dos serviços de finanças encarregado da conferência fará nas guias em seu poder a seguinte declaração, que datará e assinará: «Realizada a entrega em... de... de 19...». Em seguida entregará ao encarregado da emissão ou ao seu representante o duplicado da guia modelo n.º 39 e remeterá à 5.ª Repartição da Direcção dos Serviços Financeiros dos CTT, sem dependência de ofício e em sobrescrito com a indicação de «Serviço de vales», a guia modelo n.º 26.

Os recibos modelo n.º 28 e as guias modelo n.º 39 pertencentes às estações situadas fora das sedes dos concelhos serão remetidos para estas estações pelo primeiro correio, depois da entrega e sob as formalidades de registo, pelo funcionário que a tiver mandado fazer, nos termos do n.º 3.º do artigo 95.º

Art. 100.º (*Revogado*).

Art. 103.º Quando o encarregado da emissão de vales não se apresentar na direcção de finanças ou secção de finanças, conforme o caso, à hora de abertura do primeiro período de trabalhos para verificação dos vales emitidos, ou quando, depois de restituída a guia modelo n.º 39, não realizar imediatamente a entrega, incumbe a aqueles serviços participar esse facto imediatamente ao chefe da respectiva circunscrição de exploração dos CTT. Este funcionário providenciará consoante o caso exija, participando-o, por sua vez, telegráfica ou telefonicamente, à 5.ª Repartição da Direcção dos Serviços Financeiros.

A falta ou atraso de qualquer entrega nas cidades de Lisboa e Porto obrigará a idêntica participação dos exactores das estações centralizadoras, em relação às entregas efectuadas pelas respectivas estações urbanas, e dos chefes das circunscrições de exploração da Estremadura ou Douro Litoral, em relação às entregas a fazer no Banco de Portugal.

Ministério das Comunicações, 30 de Agosto de 1952. — O Ministro das Comunicações, *Manuel Gomes de Araújo*.